

INTRODUÇÃO: O QUE SÃO E COMO FUNCIONAM OS SÍMBOLOS NACIONAIS

No dia 5 de Outubro de 1910, em Lisboa, pelas nove horas da manhã, os militares revolucionários desceram da Rotunda, em direcção à Praça do Município para assistir, vitoriosos, à proclamação da República, que tinham acabado de implantar. Avenida da Liberdade abaixo, aclamados pelos populares, a marcha triunfal é feita ao som d’*A Portuguesa*. E, à passagem pelo Rossio, no alto do Castelo de São Jorge ondulava, já, uma bandeira verde e vermelha.

Há uma história antes e uma história depois. Mas este é, política e simbolicamente, o momento fundador. Da bandeira e do hino, que mais de um século depois, ainda hoje, continuam a ser os símbolos de Portugal.

Este é um livro sobre os símbolos nacionais. Sobre a bandeira e sobre o hino. É sobre o hino, mas não é um livro de musicologia. E é sobre a bandeira, mas não é um livro de vexilologia e muito menos de heráldica. É um livro de história política. Um livro que conta a história dos símbolos nacionais e procura nessa história a desconstrução dos mitos com que a narrativa nacional os construiu: o mito das suas origens e o dos seus significados. Um livro que procura compreender o lugar e o papel dos símbolos nacionais na construção da nação e do nacionalismo e da sua relação com o Estado e os regimes políticos no Portugal contemporâneo.

A primeira pergunta parece óbvia: Como é que um pedaço de pano se transforma numa bandeira nacional? Como é que um simples canto se

transforma num hino nacional? E como é que o desfraldar de uma bandeira ou um canto em unísono de um hino podem provocar tamanha emoção? Incendiar tanta paixão e mobilizar tanta força? A questão é, numa palavra: o que são e como funcionam os símbolos nacionais?

Os símbolos nacionais são indissociáveis da nação, do nacionalismo e da identidade nacional que simbolizam. Mas, ao contrário do que aconteceu com os conceitos de nação, nacionalismo e identidade nacional, que ocuparam um lugar central no debate teórico que dominou a História, a Sociologia ou a Antropologia, nas duas últimas décadas, a questão da simbologia política, em geral, e dos símbolos nacionais, em particular, não passou nunca de um lugar marginal na literatura científica sobre o tema.

O que é uma nação? O que faz de uma nação, uma nação? O que associa e o que distingue um Estado de uma nação? Estes, sim, foram temas centrais do debate teórico e objecto de uma interminável literatura que se polarizou em torno de duas posições.

Para os *perenialistas*, a nação é um fenómeno ancestral, intrinsecamente ligado à evolução da natureza humana e das formas sociais da sua organização. Para os *modernistas*, pelo contrário, a nação é uma invenção recente, produto histórico da modernidade. Para os primeiros, o nacionalismo é, apenas, uma factor mais no processo, preexistente, de criação das nações. Para os segundos, é o factor fundamental, a ideologia que, associada à acção política do Estado, constrói, verdadeiramente, a nação¹.

Mas nem para o primordialismo dos *perenialistas*, nem para o social-construtivismo dos *modernistas*, os símbolos nacionais constituíram uma questão central no debate sobre a nação e o nacionalismo. E tanto para uns como para outros, o simbolismo político ficou mais ou menos ignorado.

O que são símbolos nacionais? Com que mecanismos funcionam? Que papel desempenham na construção das nações e das identidades nacionais? Estas são questões que ficaram secundarizadas nesse debate teórico e que só emergem no quadro de uma terceira posição: o *etno-simbolismo*. Os *etno-simbolistas* afirmam o carácter moderno da construção nacional mas, simultaneamente, a preexistência de uma base étnica sobre a qual a nação é construída. Isto é, a nação é uma construção política moderna, mas assente sobre um fundo ancestral de tradições e memórias partilhadas, mitos e símbolos comuns. Ora, será o *etno-simbolismo* que

vai atribuir relevância maior e teorizar o papel dos símbolos na formação das nações e das identidades nacionais. Na justa medida em que são, precisamente, «os símbolos que dão corpo, sentido concreto e visibilidade a essas abstrações» que são a nação ou o nacionalismo². Mas, mais do que isso, os *etno-simbolistas* aceitam e atribuem um papel central ao Estado em todo esse processo.

O *etno-simbolismo* abriu, assim, um quadro teórico que possibilitou, na última década, o desenvolvimento de uma corrente de estudos sobre os símbolos nacionais. Por um lado, procurando teorizar a função social e política dos símbolos não só na formação das identidades nacionais e da construção das nações, mas também da sua relação com o Estado-nação³. E por outro, desenvolvendo um conjunto de estudos de caso ou comparativos sobre três temas fundamentais: a bandeira, o hino e a comemoração dos dias nacionais⁴.

Não é este o momento nem o lugar para esses desenvolvimentos teóricos. Mas importa introduzir alguns conceitos operatórios que permitam e facilitem a compreensão do quadro teórico de referência deste ensaio. Sobre a natureza e a função dos símbolos nacionais.

Os símbolos são contenedores de sentido. E os símbolos nacionais, contenedores do sentido da nação. São o instrumento político que torna tangível, pelo som ou pela imagem, o sentido da nacionalidade, isto é, da pertença a essa comunidade imaginada que é a nação. São o instrumento que torna visível e concreta, a noção complexa e abstracta da nação e do Estado-nação.

Pela linha e pela cor da bandeira, pela melodia e pelo ritmo do hino, são os símbolos que tornam a nação visível. São eles que lhe expressam o sentido: evocam o território; condensam o mito da memória comum; e traduzem uma relação entre o passado e o presente em que, por norma, o passado cultural da nação legitima a política presente do Estado. Isto é, expressam simbolicamente a soberania e a independência.

O simbolismo nacional opera, assim, através de um triplo processo: primeiro, de auto-referência, isto é, de identificação com o mesmo, com a nação, comunidade imaginada como única e definida pela mesmidade; segundo, de diferenciação, por oposição à alteridade, face ao outro que não pertence à nação; e, finalmente, de reconhecimento, na luta pela unidade interna e pela afirmação externa num mundo organizado em nações e Estados-nação.

Há entre o simbolismo político e o simbolismo religioso semelhanças e diferenças. Dizia Durkheim que há formas eternas de religiosidade que continuam a caracterizar cerimónias seculares e persistem através dos símbolos. Os símbolos políticos são os modernos objectos de culto, extensões seculares da divindade. Em certo sentido, o simbolismo político é uma persistência secular do simbolismo religioso. Com uma diferença: enquanto o simbolismo religioso remete o sentido para a divindade, o simbolismo político é auto-referencial. Isto é, os símbolos nacionais remetem o sentido para a própria nação. São, no fundo, formas laicas de sacralização da nação. Uma espécie de «totem» moderno, onde se funde a sacralidade mítica da nação com a experiência real do som ou da cor. Onde se confunde o mito e a realidade, o subjectivo e o objectivo, através da representação simbólica da nação. As liturgias laicas que são as festas cívicas e as celebrações da nação, como a comemoração dos dias nacionais, constituem os momentos altos desse processo.

Como todas as formas do sagrado, ainda que aqui, um sagrado laico, os símbolos nacionais são protegidos contra a sua profanação. E por isso os Estados inscrevem na sua ordem jurídica o crime de ultraje aos símbolos nacionais.

A profanação dos símbolos pode vir de fora da comunidade, em conflitos externos e guerras com outras nações, ou vir de dentro, em conflitos internos e mudanças políticas no interior da própria comunidade. Ora, como são os símbolos a forma visível da nação, são os símbolos que se ultrajam quando se quer ultrajar a nação ou uma certa concepção política da nação. É o que acontece, quando se apeia, se pisa ou se queima a bandeira. Seja nas guerras ou revoluções, nos processos de libertação ou de independência.

E a razão é simples: é que como os símbolos nacionais expressam o sentido da nacionalidade e como há diferentes sentidos políticos para a nação, o controlo do sentido dos símbolos é um instrumento poderoso. Nesse sentido, os símbolos nacionais são expressões condensadas, gráficas ou musicais, de programas políticos. E é por isso que são objecto de disputa política. É por isso que são instituídos, contestados, mobilizados, negociados, alterados, abolidos e reinstituídos. E é por isso que a mudança política é sempre acompanhada da descontinuidade simbólica.

Os símbolos nacionais constituem, assim, momentos-chave, marcos na construção da nação e espelham a complexidade histórica desse processo.

Um processo em que os símbolos são, ao mesmo tempo, elemento na formação das identidades nacionais e lugar de cruzamento entre o Estado a nação. Factor de construção das nações e de identificação do Estado e da nação.

Ora, de acordo com o contexto histórico da sua instituição, os símbolos nacionais definem-se por diferentes regimes simbólicos. Isto é, as bandeiras ou os hinos assumem diferentes códigos simbólicos, ou seja, diferentes padrões de expressão simbólica, cada um deles investido e legitimado por uma narrativa diferente.

Gabriella Elgenius⁵ propõe uma tipologia dos regimes simbólicos para as bandeiras europeias e define três tipos de regimes: pré-moderno; moderno; e pós-imperial. O regime pré-moderno remonta às origens medievais e a narrativa é de matriz, essencialmente, religiosa e monárquica. O regime moderno remonta à Revolução Francesa, glorifica os valores revolucionários e a narrativa, pelo contrário, é de matriz laica e republicana. O regime pós-imperial remonta ao pós-Primeira Guerra Mundial e à dissolução dos impérios europeus, e a sua narrativa glorifica a independência das nacionalidades. Ora, a cada um dos regimes simbólicos corresponde um tipo heráldico das bandeiras e em certa medida, propõe-se neste ensaio, um tipo de letra dos hinos.

É, pois, neste quadro teórico que se situa este ensaio. Neste quadro teórico, e no contexto histórico da afirmação do Estado-nação, em Portugal, e dos projectos nacionalistas que atravessaram os sucessivos regimes políticos, entre o final do século XIX, o século XX e o princípio do século XXI.

Na historiografia contemporânea e nas ciências sociais em Portugal é, hoje, já vasta a literatura sobre a nação, o nacionalismo e a identidade nacional portuguesa⁶. Contudo, com raríssimas e honrosas excepções⁷, o mesmo não poderá dizer-se no que toca aos símbolos nacionais.

Ora, é este, precisamente, o propósito do presente ensaio: compreender os símbolos nacionais no contexto histórico do Portugal contemporâneo; as suas origens e o seu significado, as suas funções social e política; enfim, a evolução da relação dos símbolos nacionais – a bandeira e o hino – com o Estado e a nação, Portugal e os Portugueses.



CAPÍTULO 1

A BANDEIRA NACIONAL:
DO AZUL E BRANCO
AO VERDE E RUBRO



« **A** bandeira nacional é bipartida verticalmente em duas cores fundamentais, verde-escuro e escarlate, ficando o verde do lado da tralha. Ao centro e sobreposto à união das duas cores tem o escudo das armas nacionais orlado de branco e assentando sobre a esfera armilar manuelina em amarelo e avivada a negro.»⁸

Foi este o decreto com que a Assembleia Nacional Constituinte instituiu a bandeira nacional, em Junho de 1911. E um século passado, esta é, ainda hoje, a bandeira portuguesa. Mas por quê verde e vermelha? Por quê a esfera armilar e o escudo das quinas? E que relação estabelece com a Nação e a República?

Como a história de todos os símbolos, também a história da bandeira nacional se abre sobre um duplo enigma: primeiro, o das suas origens, depois, o do seu significado. Qual a origem do cromatismo verde e vermelho e das armas nacionais? Qual o significado da sua simbólica? E que narrativas se invocaram para a sua legitimação? Por fim, como é que a bandeira verde e rubra se torna símbolo de Portugal e que caminho percorre da legitimidade política à legitimidade nacional?

Ora, é esse o enigma que aqui se desvenda, essa narrativa que se desconstrói e essa história que aqui se conta. Como nasce a bandeira portuguesa? Que lugar ocupa na construção da Nação? Que relação desenvolve com o Estado?

Dito de outro modo, que sentido expressa na sua relação com a nacionalidade e os regimes políticos no Portugal contemporâneo?

A bandeira azul e branca

A bandeira portuguesa foi, durante a toda Monarquia Constitucional, a bandeira azul e branca. Era bipartida e encimada pelas armas reais, assentes metade sobre cada uma das cores⁹.

Azul e branco tinham sido decretadas «cores nacionais» depois da revolução liberal de 1820, por decreto das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, em 22 de Agosto de 1821. A razão era simples. Francisco Trigoso de Aragão Morato, o deputado proponente, explicou ao Parlamento que «eram as do escudo de El-Rei D. Afonso Henriques». O Parlamento aprovou e o artigo 1.º do diploma decretou: «Haverá um laço nacional, composto na fórmula do modelo junto pelas cores Branca e Azul, por serem aquelas que formaram a divisa da Nação Portuguesa desde o princípio da Monarquia em mui gloriosas épocas da sua História.»¹⁰

Com a revolução liberal, azul e branco chegavam, assim, ao laço ou tope nacional. Ao laço, mas não, ainda, à bandeira.

Entre o vintismo e a contra-revolução e durante a guerra civil, o simbolismo da bandeira acompanhou as vicissitudes políticas da conjuntura e o registo simbólico das cores inscreveu-se, decididamente, em cada um dos campos em conflito – o branco no Absolutismo, e o azul e branco no Liberalismo.

Durante a regência de D. Pedro, e em nome da rainha D. Maria II, a Junta Governativa da Ilha Terceira substituiu, uma vez mais, a bandeira nacional. Até então, integralmente, branca, a partir de agora, azul e branca. O decreto, de 18 de Outubro de 1830, estabeleceu a nova bandeira: «Tendo o Governo que usurpou o Trono de Sua Majestade Fidelíssima, usurpado também as cores que tinham guiado para a vitória as tropas portuguesas... Manda a Regência em nome da Rainha, que de ora em diante a Bandeira Portuguesa seja bipartida verticalmente em branco e azul, ficando o azul junto da haste e as armas reais colocadas no centro da Bandeira.»¹¹ Azul e branco chegavam, finalmente, à bandeira de Portugal.

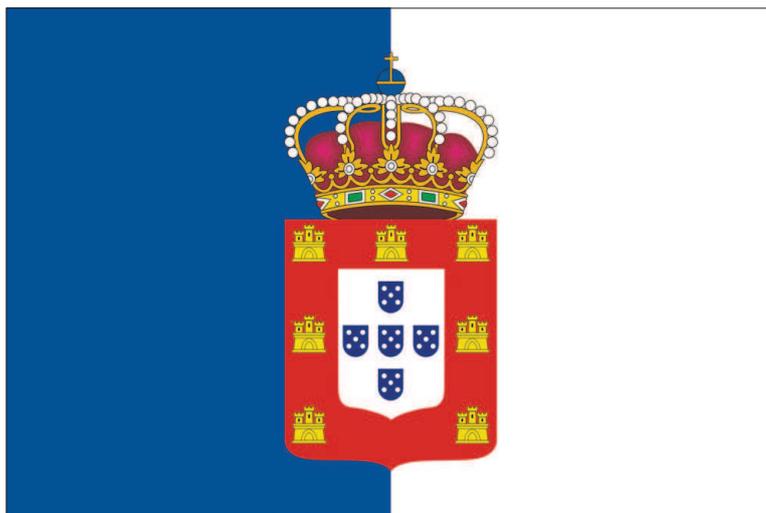
A luta política era, assim, acompanhada de uma luta simbólica e as cores da bandeira eram a sua tradução. Durante o reinado, intermitente e conturbado, de D. Miguel, a bandeira nacional foi uma bandeira, integralmente, branca com as armas reais ao centro. Quando as tropas liberais

desembarcaram no continente, em 8 de Julho de 1832, foi uma bandeira azul e branca que cravaram nas areias da praia do Mindelo. E triunfante o liberalismo, foi a mesma bandeira azul e branca arvorada na janela da Câmara Municipal de Lisboa, no dia 24 de Julho de 1834. Restaurada, foi feita bandeira nacional.

Por quê? A razão era simples, política e evidente. Ganhara força, durante o combate político e militar da guerra civil, e sentido, na luta ideológica contra o Absolutismo. Será o símbolo da matriz política e ideológica do Liberalismo na nova Monarquia Constitucional.

Mas qual o seu significado? As narrativas de legitimação foram pobres e o debate inexistente. Para uns, simplesmente, a razão era histórica: azul e branco eram as cores das armas reais desde a Fundação da nacionalidade. Para outros, à razão histórica juntava-se uma razão política: azul e branco eram as cores históricas da independência, mas também as cores políticas da liberdade. Para outros, finalmente, a razão era religiosa: ao branco, a cor constante, ao longo do tempo, em todas as bandeiras portuguesas, juntava-se o azul, cor do manto da Imaculada Conceição, padroeira de Portugal, desde 1646. Ao branco, símbolo da monarquia, juntava-se, assim, o azul, símbolo do catolicismo do povo português.

Fosse como fosse, o certo é que, entre 1834 e 1910, a bandeira azul e branca manteve-se inalterada, e foi a bandeira nacional durante todo o constitucionalismo monárquico, até à Revolução de 5 de Outubro¹².

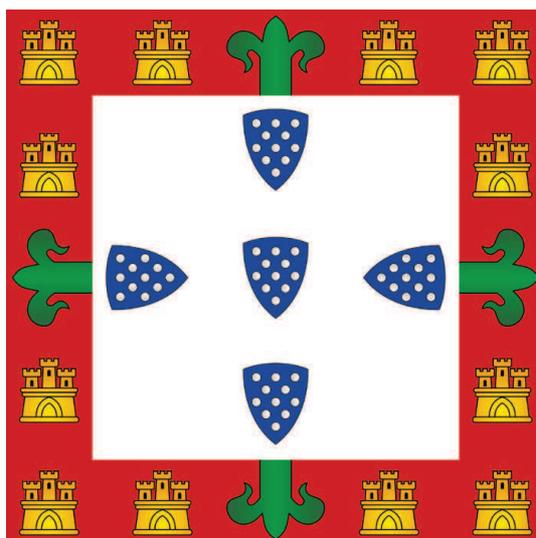


Bandeira da Monarquia Constitucional
(Catálogo da Exposição Bandeiras de Portugal)

As origens do verde e rubro

Como se chega, então, à bandeira verde e rubra da República, que é, hoje, a bandeira nacional? Qual a sua origem? E qual o seu significado?

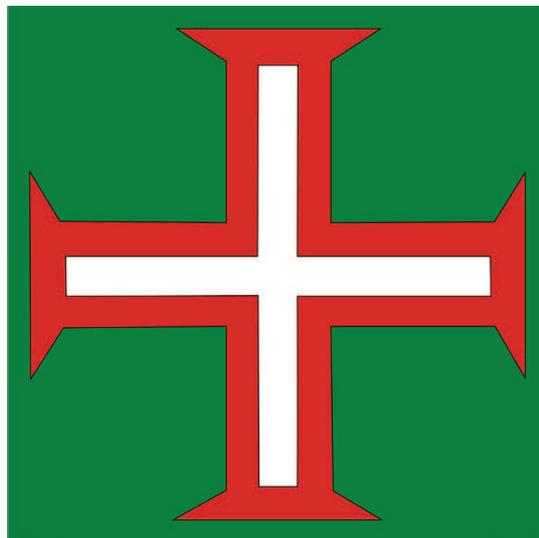
Nunca, até à República, verde e vermelho tinham constituído a base da bandeira portuguesa. Em toda a sua história, até ao 5 de Outubro, apenas uma vez, e de forma marginal, verde e vermelho apareciam em conjunto: na bandeira de D. João I. Feito rei, o Mestre de Avis quis inscrever, na simbologia da bandeira, a sua intervenção na independência de Portugal e fez acrescentar, ao escudo do reino, a cruz da Ordem de Avis, sobre a qual colocou as quinas. E assim, as quatro pontas da cruz, de flores-de-lis verdes, vieram assentar sobre a bordadura vermelha¹³.



Bandeira da Dinastia de Avis
(Catálogo da Exposição Bandeiras de Portugal)

Mas, mais do que a efémera bandeira da dinastia de Avis, uma genealogia breve do cromatismo verde e rubro na história das bandeiras portuguesas mostra que, ao longo dos séculos, a combinação cromática verde e encarnada figurou em várias insígnias. Insígnias essas, todas elas ligadas a momentos políticos importantes ou «épocas áureas» da História portuguesa, de que, em certo sentido, se tornaram símbolo. É o caso da Guerra da Independência de 1383-1385, dos Descobrimentos Marítimos, ou da Revolução de 1640.

Era verde e vermelho (com a imagem de Nossa Senhora da Conceição ao centro), dizem alguns historiadores, o pendão da Ala dos Namorados que D. Nuno Álvares Pereira teria arvorado na Batalha de Aljubarrota¹⁴. Era verde e vermelha (fundo verde sobre o qual assentava, vermelha, a cruz de Cristo) uma das bandeiras do comércio marítimo, que se tornou símbolo dos Descobrimentos¹⁵. E, igualmente, verde e vermelha (idêntica a esta última) era a bandeira empunhada em várias revoltas populares contra o domínio filipino, que se transformaria, ela própria, na bandeira da revolução do 1.º de Dezembro, que restaurou a independência, em 1640¹⁶.



Bandeira de Restauração
(Catálogo da Exposição Bandeiras de Portugal)

Significa isto que, sem nunca ter constituído a bandeira de Portugal, o cromatismo verde e rubro esteve, no entanto, simbolicamente, associado a alguns dos momentos mais significativos da História portuguesa. Em particular, à luta pela independência nacional e à epopeia dos Descobrimentos.

Por toda a Europa, os nacionalismos modernos, ávidos de legitimidade retrospectiva, construíram narrativas de identidade nacional, utilizando memórias, símbolos e mitos: particularmente, os mitos das origens e da afirmação da nacionalidade, como os mitos da idade de ouro ou do destino providencial da Nação¹⁷. Na maioria dos países europeus esses

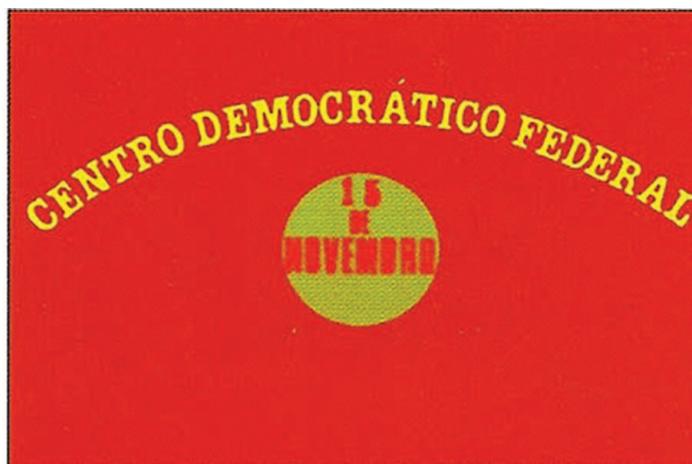
nacionalismos e essas narrativas de identidade nacional tinham como objectivo afirmar, se não mesmo construir a nação. Em Portugal, com fronteiras definidas desde o século XIII, sem minorias étnico-culturais desde o século XVII, com unidade linguística e sem forças centrífugas à centralização política, o objectivo foi outro: não o de construir a nação mas sim o de a regenerar. Os nacionalismos em Portugal foram, essencialmente, projectos de «regeneração nacional»¹⁸. Foi assim também com o nacionalismo republicano. O republicanismo não só vai encontrar mas, mais do que isso, vai aproveitar, politicamente, o discurso nacionalista: a Fundação da nacionalidade, as guerras da independência e a epopeia dos Descobrimentos Marítimos constituirão, precisamente, os temas centrais e a matéria-prima essencial na construção dessa narrativa nacional.

Mas uma coisa é a narrativa, outra é a realidade. E enganam-se aqueles que quiserem procurar as origens da simbólica verde e rubra da bandeira republicana em tão longínquos ascendentes. O antecedente, próximo e directo, terá que se procurar, bem mais tarde, no último quartel do século XIX, no quadro do primeiro ideário republicano, onde se confundiam, sincreticamente, republicanismo, municipalismo e federalismo.

Homem Cristo (Pai), ao tempo membro do directório republicano, desvendará, mais tarde, as origens do verde e rubro nesses primeiros dias do republicanismo português, quando começava a cindir-se em várias facções: democráticos, moderados e federais. O cromatismo verde-escarlate, como ele próprio o chamava, representava, então, o republicanismo federal. O mais radical e iberista. Categórico, diria, já em plena República: «As cores da bandeira republicana são as cores da federação ibérica.»¹⁹

Verdade ou não, o certo é que a bandeira do Centro Democrático Federal 15 de Novembro era uma bandeira verde e encarnada. E certo é, também, que, à falta de uma bandeira oficial do Partido Republicano, foi essa mesma bandeira do Centro Democrático Federal 15 de Novembro que drapejou, efémera, nos céus do Porto, na madrugada revolucionária de 31 de Janeiro de 1891. Um repórter dos acontecimentos dizia que «assistiu ao hastear-se da bandeira vermelha e verde»²⁰.

Era, de facto, integralmente vermelha com um círculo verde ao centro, a que se juntavam as legendas referentes ao centro republicano a que pertencia²¹. O 15 de Novembro invocava a data da revolução brasileira, que instaurara a República, em 1889, e que havia de inspirar a revolta republicana do Porto, dois anos mais tarde.



Bandeira do Centro Democrático Federal 15 de Novembro
(Catálogo da Exposição Bandeiras de Portugal)

Nessa madrugada de 31 de Janeiro, os revoltosos subiram à varanda da Câmara Municipal do Porto, donde fizeram, à cidade adormecida, a proclamação republicana. Depois, entre vivas à República, içaram a improvisada bandeira no mastro principal dos Paços do Concelho²².

Esta bandeira era conhecida e designada pelos revoltosos, simplesmente, como «a bandeira vermelha». João Chagas, preso, por motivos políticos, no cárcere portuense, esperava que os revoltosos o viessem libertar. Durante a espera que nunca acabou, a meio da revolta, Urbino de Freitas, também ele encarcerado, entrou na cela de Chagas e, estendendo-lhe um binóculo, disse: «“Veja, está içada uma bandeira vermelha na Câmara.” Assentando o binóculo, vi com efeito, flutuando sobre o *pignon*, da fachada do edifício da Câmara, uma bandeira vermelha.»²³

Em boa verdade, essa bandeira era mais vermelha que verde. Porque, na sua essência simbólica, era a bandeira vermelha, cor da tradição revolucionária e popular. Foi, primeiro, em Inglaterra, o símbolo do Cartismo. E foi, depois, em França, o símbolo da revolução democrática de 1848 e da Comuna de Paris, em 1870²⁴.

Foi assim por toda a Europa, que nasceu a grande maioria das bandeiras dos centros republicanos. Ao fundo vermelho da tradição democrática e sindical que era comum, juntavam-se, depois, os emblemas, insígnias e legendas várias, próprias de cada um dos sindicatos ou clubes políticos a que pertenciam. E foi assim, também, em Portugal, com as

bandeiras dos centros republicanos, tal como a do Centro Democrático Federal 15 de Novembro.

Goste-se ou não, o facto é que a primeira bandeira da República desfraldada em Portugal foi uma bandeira verde e encarnada. Vencida a revolta e adiada a República, o 31 de Janeiro ficará, na memória do republicanismo português, como um marco histórico, assim como o cromatismo verde e rubro como a sua marca simbólica.

Na História contemporânea de Portugal, o 31 de Janeiro foi não só o primeiro ensaio republicano mas, mais do que isso, foi, também, o momento em que República, que ainda não o era, ganhou um símbolo. Doravante, verde e vermelho inscrevem-se, definitivamente, na simbologia republicana e tornar-se-ão, mesmo, o símbolo da República.

Para a vitória da República faltavam, ainda, vinte anos. E ao longo desse período, entre 1891 e 1910, conhecido na história do republicanismo português como o «período da propaganda», o Partido Republicano desenvolve uma acesa luta política segundo duas estratégias de propaganda.

Por um lado, uma estratégia antimonárquica, agitando as grandes bandeiras ideológicas e políticas do republicanismo. Em primeiro lugar, a «decadência» a que os «Braganças» e a sua dinastia tinham conduzido o país. Contra esse estado de coisas o Partido Republicano contrapunha e afirmava um nacionalismo patriótico e colonialista, fundado na idade de ouro dos Descobrimentos, e proclamando a restauração das glórias do Império. Em segundo lugar, a «promíscua» ligação entre o Trono e o Altar, contra a qual propunha a separação da Igreja e do Estado e a constituição de um Estado laico, onde mal disfarçava o anticlericalismo. Em terceiro lugar, a corrupção generalizada que, segundo os republicanos, grassava pelo País e cuja responsabilidade atribuíam, inteira, ao regime monárquico. Contra essa praga, contrapunham a exigência cívica de probidade no exercício da política que, nas entrelinhas, faziam crer, era apanágio republicano. E, finalmente, o carácter tirânico da Monarquia que, nos últimos anos do Constitucionalismo, a ditadura de João Franco veio legitimar. Contra a tirania, o discurso republicano opunha, obviamente, a Democracia que, segundo a sua propaganda, a República pressupunha²⁵. Não foi assim, mas essa é outra história.

Por outro lado, ao mesmo tempo, mas segundo uma outra lógica, o Partido Republicano desenvolve outra estratégia de propaganda a que hoje chamaríamos *marketing* político. Isto é, uma estratégia de construção da imagética e da simbólica política republicana.

Na Monarquia, o rei tem um corpo físico, uma imagem, que os súbditos conhecem e reconhecem. Mas, ao reconhecerem-se nessa imagem, o rei ganha também um corpo simbólico. Ele é o símbolo político do Estado e, mais tarde, do próprio Estado-nação²⁶.

A República, pelo contrário, é uma ideia abstracta, intangível. Não tem um corpo físico que os cidadãos reconheçam e no qual se possam reconhecer. Para que isso acontecesse era preciso torná-la tangível, dar-lhe uma imagem. Ora, essa é, precisamente, a função dos símbolos: tornar concreta e tangível uma ideia abstracta. Traduzir numa imagem simples, uma noção complexa²⁷. E foi isso que, ao longo desses vinte anos, a propaganda republicana foi fazendo. Primeiro, a República ganha uma imagem feminina²⁸. Depois, essa «república mulher» traja sempre de verde e vermelho. Desde as artes mais nobres aos mais simples objectos de uso quotidiano, na prolífera iconografia que simboliza a República, é, sempre, o verde e vermelho que a representam. É, assim, no célebre óleo de Veloso Salgado, alusivo à vitória republicana nas eleições municipais de Lisboa em 1908, como é assim, no quadro de José de Brito, alusivo à vitória de 5 de Outubro de



Óleo de Veloso Salgado, alusivo à vitória republicana nas eleições autárquicas de 1908
(Museu da Cidade de Lisboa)



Alegoria à República. Litografia de Roque Gameiro
(Arquivo Histórico Militar)

1910, ou na aguarela de Roque Gameiro *Pela República*, de 1910. Mas é, assim, em tantos outros objectos, pratos, copos, cinzeiros, maços de cigarros ou latas de cacau que invadiam o quotidiano dos Portugueses, tornando banal a imagem da República, sempre associada ao cromatismo verde e rubro. Na simbologia política do Portugal dos primeiros anos do século xx, a República era verde e vermelha.

E tanto assim era que, chegada a jornada revolucionária de 3 a 5 de Outubro de 1910, a bandeira levantada pelos militares revoltosos foi, uma vez mais, uma bandeira verde e rubra. Durante a revolução, os regimentos na cidade e os navios no Tejo hastearam a mesma bandeira: era bipartida, o vermelho junto à tralha e a parte maior em verde; ao centro, metade sobre cada um dos campos cromáticos, uma esfera armilar de ouro, assente em fundo azul e encimada por uma estrela de prata com resplendor em ouro, símbolos iniciáticos da Maçonaria. Era, na sua origem, o pendão da Carbonária que se tornava, agora, o símbolo da revolução republicana. Foi essa a bandeira de Machado Santos na Rotunda²⁹. E foi essa a bandeira que, vitoriosa a revolução, na manhã de 5 de Outubro, foi hasteada em todos os quartéis e edifícios públicos. Foi essa a bandeira que, entre vivas à República, foi içada na Câmara Municipal de Lisboa e que, finalmente, substituiu a bandeira azul e branca no alto do Castelo de São Jorge³⁰.



*Bandeira içada na Câmara Municipal de Lisboa a 5 de Outubro de 1910
(Catálogo da Exposição Bandeiras de Portugal)*



*Bandeira da República içada na Rotunda na Revolução do 5 de Outubro
(Colecção de António Pedro Vicente, imagem cedida pela Fundação Mário Soares)*



Objectos alusivos à Implantação da República Portuguesa
(Colecção de António Pedro Vicente, imagem cedida pela Fundação Mário Soares)